



MULHERES, PAZ E SEGURANÇA (MPS) : PROMOVER O PAPEL DA MULHER NA PAZ E NO PROCESSO POLITICO NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

Reunião de Alto nível dos Ministros do Género, sobre a implementação e o acompanhamento relativo as Mulheres, a Paz e Segurança na Região dos Grandes Lagos

**21 - 23 de Novembro de 2018, Entebbe, Uganda
Projecto de Nota Conceptual**

1. INTRODUÇÃO

Na sua 8ª reunião de alto nível do Mecanismo Regional de Acompanhamento (MRA), realizada em Brazzaville, em Outubro de 2017, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros signatários do Acordo Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação (PSC) para a República Democrática do Congo (RDC) e a Região, decidiram promover novos programas para as mulheres, a paz e segurança em toda a região, de acordo com a Resolução 1325 (2000) e a Declaração de Goma.

Em resposta à promoção do trabalho crítico necessário para alcançar os objectivos da participação política e empoderamento económico das mulheres, será realizada uma reunião regional dos Ministros do Género em Entebbe (Uganda) de 21 à 23 de Novembro de 2018. O evento será organizado conjuntamente pelo Escritório do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos e pelo Secretariado da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), em colaboração com o Centro Regional de Formação sobre a SGBV da CIRGL em Entebbe, Uganda.

As principais áreas de discussão incluirão a finalização e validação do Plano de Acção Regional para garantir sua implementação imediata, a promoção da participação das mulheres nos processos eleitorais e de democratização, incluindo nos esforços de consolidação da paz. Os países da região reconhecem a importância de alcançar a igualdade do género com governos que apóiam a necessidade de passar para um mínimo de 30% de representação de mulheres em processos políticos e de paz até 2023, o mais tardar.

2. HISTÓRICO

Desde a adopção da resolução 1325 (2000), os governos da Região dos Grandes Lagos da África têm empreendido diversas iniciativas para abordar as questões de participação das mulheres, protecção e prevenção de conflitos, bem como a promoção da paz. Em alguns países em conflito e pós-conflito na região dos Grandes Lagos, incluindo o Sudão do Sul, o Burundi e a República Centro-Africana (RCA), os processos de paz em curso visam evitar novos conflitos e restaurar uma paz duradoura que irá permitir as meninas e mulheres tenham uma vida saudável e produtiva. Outras regiões também adoptaram iniciativas para alcançar a igualdade de género em todas as esferas e garantir que as mulheres possam participar plenamente em todas as decisões económicas, sociais, culturais e políticas que afectam as suas vidas, nomeadamente, a resolução de conflitos e manutenção da paz. Apesar destes esforços, o progresso tem sido lento e desigual, devido ao complexo contexto político da Região dos Grandes Lagos, em particular. Como tal, todos os países concordaram com a necessidade de acelerar o progresso usando uma abordagem unificada e focada no Plano de Acção Regional. Isso também irá garantir a uniformização dos objectivos de acordo com a resolução 1325 e assegurar a monitorização e a avaliação adequadas das intervenções do Estado com apoio parcial no nível internacional.

A Resolução 1325 reafirma o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, nas negociações, na construção da paz, na manutenção da paz e na resposta humanitária, bem como na reconstrução pós-conflito. Sublinha a importância da sua participação igualitária e envolvimento total em todos os esforços para promover a paz e a segurança. Insta todos os actores a aumentar a participação das mulheres e a incorporar as perspectivas do género em todos os esforços de paz e segurança das Nações Unidas. Apela a todas as partes em conflito para que tomem medidas especiais para proteger as mulheres e raparigas da violência baseada no género, em particular a violação e outras formas de abuso sexual, em situações de conflito armado. A resolução prevê vários mandatos operacionais importantes, com implicações para os Estados-Membros e o Sistema das Nações Unidas.

Desde a adopção da Resolução 1325, a maioria dos países da Região dos Grandes Lagos desenvolveu Planos de Acção Nacionais para assegurar a sua implementação no contexto de suas necessidades específicas, alguns dos quais também estão alinhados com outras estruturas. A Comunidade da África Oriental (EAC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e o Plano de Acção Regional da CIRGL, irão assegurar que estas Estruturas transversais reforçam a coesão, pois isso exigirá coordenação cuidadosa.

O reconhecimento pelos Estados-Membros da CIRGL, da importância de fortalecer a capacidade institucional e a prestação de contas para proteger as mulheres, meninas, homens e meninos da violência sexual em situações de paz, conflito e situações pós-conflito. Esse reconhecimento levou à criação do Centro Regional de Treinamento da CIRGL (CIRGL-RTF), um órgão descentralizado da CIRGL para pesquisa, conscientização e treinamento de profissionais que lidam com casos de SGBV e a população em geral dos Estados-Membros da CIRGL.

Os países dos Grandes Lagos também deram passos importantes na luta contra a desigualdade do género na Região. Por exemplo, a legislação e as políticas em países como Angola, Quênia, Ruanda, Uganda e Burundi afirmam expressamente acções positivas para alcançar a igualdade do género nos órgãos de tomada de decisão, incluindo as mulheres, ocupando pelo menos 30% dos postos nesses órgãos. Foram de igual modo realizados esforços significativos para o alcance dos objectivos do Pacto da CIRGL sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento, e os do Acordo para a Paz, Segurança e Cooperação (PSC) para a República Democrática do Congo (RDC) e a Região, assinados respectivamente em 2006 e 2013. Uma Política do Género foi desenvolvido e está aguardando validação.

A nível institucional, e na lógica de consolidar ainda mais os esforços que visam acabar com os ciclos recorrentes de conflitos devastadores no leste da RDC, que afectam a estabilidade e o desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos da África, O Gabinete do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos foi criado para complementar as iniciativas existentes, tal como a CIRGL.

A Resolução 2098 (2013) do Conselho de Segurança das Nações Unidas convidou o Enviado Especial do Secretário-Geral (ESSG), em coordenação com o Representante Especial da RDC, para "liderar, coordenar e avaliar a implementação dos engajamentos nacionais e regionais ao abrigo do Acordo-Quadro, através do estabelecimento de valores de referência e acções de acompanhamento adequadas".

No quadro do seu mandato, o E/ESSG integra questões do género, bem como perspectivas sobre mulheres, paz e segurança em situações de conflito e tem colaborado nesse sentido com a CIRGL e o Centro Regional sobre a VSBG (RTF).

Nesse sentido, e reconhecendo a necessidade de uma abordagem e resposta multissetorial para tratar as questões do género, paz, conflito e as necessidades específicas de homens e mulheres, inclusive envolvendo a juventude e a sociedade civil, o compromisso foi assumido pelos Chefes de Estado da CIRGL para promover a Agenda da Mulher, Paz e Segurança no contexto da Resolução 1325. No 8º Mecanismo Regional de Acompanhamento (MRA) realizado a 19 de Outubro de 2017 em Brazzaville, os Chefes de Estado instruíram o Escritório do Enviado Especial das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos (E/ ESSG-GL), em consulta com a União Africana (AU), o Secretariado da CIRGL e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para rever o progresso na implementação da Declaração de Goma (2016).

Foi elaborada uma estratégia para acelerar a implementação do Resolução 1325 e a Declaração de Goma. A estratégia visa orientar o desdobramento e os bons ofícios do ESSG na Região dos Grandes Lagos no sentido de uma maior implementação dos engajamentos estabelecidos em matéria de igualdade do género e direitos das mulheres. Também visa continuar os esforços para assegurar que as mulheres, por meio da diversidade da sociedade civil e das organizações de mulheres, tenham participação substancial e qualitativa em iniciativas de prevenção de conflitos e violência, incluindo a mediação, conforme especificado nos instrumentos e enquadramentos existentes, em particular a Agenda FPS, a Resolução 1325 (2000) e suas subsequentes resoluções, e a Declaração de Goma (2016).

Por iniciativa do Escritório do Enviado Especial, foram de igual modo realizadas missões conjuntas de solidariedade entre as Nações Unidas, a UA, a CIRGL e as mulheres no Burundi, na RCA, na RDC e no Sudão do Sul em 2018.

As principais recomendações destas missões de solidariedade que foram submetidas à consideração dos Chefes de Estado e de Governo da Região dos Grandes Lagos foram as seguintes:

- a. garantir a protecção das mulheres contra a Violência Sexual Baseada no Género (VSBG) e a domesticação de protocolos pertinentes da CIRGL;
- b. aderir ao mínimo de 30% das cotas de mulheres no poder executivo, legislativo e judicial para ilustrar a importância do avanço das mulheres nos processos políticos e de paz ;
- c. assegurar uma maior representação das mulheres nos processos de paz, manutenção da paz, consolidação e reconstrução e reconciliação em pelo menos 30%, incluindo uma participação significativa no a UA pela paz e reconciliação na RCA, assim como o diálogo inter-Burundês o liderado pela comunidade da África Oriental.;
- d. reforçar as redes de grupos de mulheres a nível dos países para promover seu empoderamento económico e a participação política na Região dos Grandes Lagos por meio de iniciativas e intervenções de políticas socio-económicas;
- e. considerar a realização de missões de solidariedade em outros países signatários para partilhar experiências e lições, e promover o desenvolvimento de capacidades e iniciativas de fortalecimento da confiança transfronteiriça;
- f. Promover uma maior participação de mulheres africanas proeminentes (através do Conselho Consultivo da Plataforma Feminina da UA FEMEMIS) em apoio aos esforços de paz e processos políticos em curso na Região dos Grandes Lagos (em particular no Burundi, na RCA, na RDC e no Sudão do Sul);
- g. apoiar a capacitação das mulheres e jovens de base para melhorar suas condições socio-económicas e capacitá-los a servir melhor como transformadores das comunidades e da sociedade, nomeadamente, através do estabelecimento de um fundo de afectação especial para mulheres dos países dos Grandes Lagos;
- h. apoiar a participação de representantes de mulheres seniores no Conselho Consultivo dos Mecanismos Regionais de Acompanhamento (MRA) para informar sobre questões relacionadas com a paz e a segurança das mulheres na Região dos Grandes Lagos;
- i. Intervir junto do Mecanismo Regional de Acompanhamento (MRA) e os presidentes da CIRGL para co-patrocinar as questões das Mulheres, Paz e Segurança (FPS) e convocar uma reunião de Ministros do Género até 2019, para avaliar o progresso realizado na implementação do Plano Regional de Acção e a participação política das mulheres na Região dos Grandes Lagos.
- j. Solicitar à comunidade internacional que aumente a coordenação entre os doadores e incentive os parceiros internacionais a trabalhar em estreita colaboração com o E/ESSG-GL e as organizações regionais/sub-regionais para alcançar objetivos comuns quanto a agenda FPS na região.

Na implementação do ponto (i) destas recomendações, os Chefes de Estado instruíram a E/ESSG-GL e o Secretariado da CIGLR a convocar uma reunião dos Ministros responsáveis pelo Género.

3. OBJETIVOS DA REUNIÃO DOS MINISTROS DO GÉNERO

A Reunião de Alto Nível de Ministros de Género reunirá Ministros de Género da Região dos Grandes Lagos para discutir, aprovar e promover as questões do género.

Os objetivos específicos desta reunião são:

1. Discutir e aprovar o Plano de Acção Regional sobre a implementação da Resolução 1325 das Nações Unidas.
2. Instar os Estados a garantirem a ratificação da cifra mínima de 30% de representação de mulheres pelos governos da Região dos Grandes Lagos.
3. Revisar a atualização das actividades do Centro de Treinamento Regional CIRGLR-RTF para a prevenção e repressão da violência sexual Baseada no Género (e tribunais especializados).
4. Iniciar o diálogo do governo com a sociedade civil, mulheres e jovens

4. RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados da Reunião de Alto Nível dos Ministros do Género da Região dos Grandes Lagos são:

Adopção do plano de acção regional para a Resolução 1325;

- (i) Implementação da quota mínima de 30% de representação das mulheres em todos os Estados-Membros da Região dos Grandes Lagos;
- (ii) Adopção de estratégias para o apoio efectivo do Centro de Treinamento Regional CIRGL-RTF na busca pela conscientização e formação de profissionais que lidam com casos de SGBV; e
- (iii) A adopção de uma estrutura que possa ser utilizada para facilitar e manter o diálogo entre o governo e a sociedade civil, mulheres e os jovens.
- (iv) Apoio consensual e intervenção dos Ministros do Género para a revitalização do Centro Regional de Investigação e Documentação sobre Mulheres, Género e Manutenção da Paz na Região dos Grandes Lagos (CRRD-GL) de Kinshasa

5. PARTICIPANTES

A reunião de alto nível dos Ministros do Género irá reunir os Ministros e Peritos dos países signatários do Pacto da CIRGL e do Acordo-Quadro, bem como os garantes (ONU, União Africana, CIGLR e SADC), membros do Conselho Consultivo da Plataforma da Mulher para o Acordo-Quadro, incluindo o Enviado Especial da UA sobre a FPS, o Painel das Mulheres Mediadoras da UA, o Fórum Regional das Mulheres da CIRGL, bem como representantes de fóruns da sociedade civil e parlamentares da CIRGL, representantes da família da ONU (Escritórios Regionais da ONU-MULHER, UNFPA e UNDP).

6. ESTRUCTURA E LOCAL DA REUNIÃO

A reunião dos Ministros do Género (23 de Novembro) será precedida de uma reunião de peritos durante dois dias (21 à 22 de Novembro de 2018) para preparar a reunião dos Ministros.

A agenda de trabalho detalhada das reuniões de peritos e dos Ministros consta em anexo.

A nota logística/administrativa será divulgada em nota separada.

Os principais resultados e documentos aprovados serão remetidos aos Chefes de Estado e de Governo da Região dos Grandes Lagos através dos Mecanismos Regionais de Acompanhamento e à Cimeira da CIRGL.